

6 dez. 1990

Editorial

Não à recessão e à inflação

SÉRGIO AMAD COSTA

Hoje há quem diga que o inimigo comum do País é apenas a recessão, sustentando a tese de que, se deixarmos a inflação em torno dos 15% a 20% e partirmos para o incremento da produtividade, será melhor para o Brasil, ao invés de permanecermos nesta obcecada luta contra a inflação.

Que a situação está ruim, ninguém duvida. Porém, uma mudança radical no plano do governo certamente implicaria um retorno a taxas elevadíssimas de inflação, pois suas causas não foram ainda eliminadas. É preciso mais tempo. E uma economia indexada não manteria aquelas taxas estáveis. Elas passariam, com rapidez, de 20% para 30% e assim sucessivamente. E logo o custo de vida se tornaria incontrolável.

Isto pelo fato de que o sistema de indexação é um círculo vicioso de realimentação inflacionária. Traduzindo: o custo de vida é formado pelos preços industriais, agrícolas, públicos e de serviços. Ele se eleva quando qualquer um desses preços aumenta. Ao mesmo tempo o custo de vida serve para calcular os reajustes dos salários, da taxa de câmbio e da correção monetária. Além disso, os reajustes do câmbio, dos salários, dos juros e dos aluguéis determinam a elevação dos custos de produção, que fixam os preços industriais, que, por sua vez, afetam o custo de vida. Em síntese, nesse quadro, a inflação não pára de crescer, pois o custo de vida aumenta e o círculo vicioso recomeça.

Quem ganha com esse círculo? Certamente ninguém que viva do setor produtivo. Para os empresários, que estão diretamente na produção, o processo inflacionário é prejudicial até mesmo para as estratégias de planejamento. Num contexto de inflação alta, planejar para além de um mês é o mesmo que pensar no longo prazo. O resultado disso é a desorganização total do sistema produtivo.



Quanto aos assalariados, o problema também se torna trágico. Imaginemos, por exemplo, uma inflação de 50% ao mês. No dia 1º, um trabalhador com Cr\$ 100 mil consegue comprar dez unidades de um produto que custa Cr\$ 10 mil. Depois de um mês, a unidade do mesmo produto não custa mais Cr\$ 10 mil e sim Cr\$ 15 mil. Portanto, com os mesmos Cr\$ 100 mil o assalariado só consegue comprar 6,67 unidades e não mais as dez do início do mês. O poder aquisitivo dos Cr\$ 100 mil reduziu-se em 33%. Na prática passou a valer apenas Cr\$ 66,7 mil.

Tais perdas dependem da periodicidade do pagamento do salário. Mesmo se for na forma de 1/4 a cada semana, numa inflação de 50% ao mês, o salário de Cr\$ 100 mil se transforma, na prática, em Cr\$ 79,25 mil. Isso na melhor das hipóteses. Ou seja, sem levar em conta o fato de que o encurtamento nos prazos de pagamento do salário é repassado para o preço dos produtos.

Procuramos aqui refrescar a memória quanto aos males que a inflação produz na economia. Sempre é bom ressaltar tais aspectos para que, no desespero, não caímos na armadilha de ficar escolhendo o que é melhor: recessão ou inflação. Os dois contextos são péssimos, tanto para os empregados quanto para os empregadores.

A recessão já chegou. Não é previsão. É um fato. O caminho agora é aperfeiçoar, com rapidez, o plano do governo, fazendo algumas revisões, porém mantendo a viga mestra no combate à inflação, na defesa do liberalismo e da economia de mercado.

Assim, o passo fundamental para abrir 1991 seria bem dado com a revisão na política de juros, adequando-a ao momento, de forma a pôr fim à estagnação que atinge os setores produtivos. E o jeito de trocar o pé esquerdo pelo pé direito nesta entrada do ano.